



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 682213 - MG (2021/0231543-9)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : SHYRLEM PATRICIA TORRES CHUMACHI  
**ADVOGADO** : SHYRLEM PATRICIA TORRES CHUMACHI - MG185692  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : CAIQUE MARQUES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAIQUE MARQUES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.122958-8/0002146412-31.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta a impetrante a ausência de fundamentação da decisão que manteve a prisão preventiva da paciente, bem como a falta dos requisitos legais para a preventiva,

Alega, ainda, que "O fato do Paciente residir em outro Estado, não pode servir de base para que se mantenha sua reclusão. No caso em tela, além de não haver tais elementos demonstrativos de periculosidade da paciente, este nunca cometeu ou foi acusado de nenhum crime, portanto, nunca foi condenado, como comprovado, e neste atual caso, também não foi condenado. A prisão cautelar baseada na periculosidade do agente sem nenhum fundamento ou comprovação desta periculosidade fere diversos princípios de nosso ordenamento jurídico, tais como a presunção de inocência." (fl. 7)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque

a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fl. 27):

*HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - DECISÃO A QUO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO - NÃO CABIMENTO - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO - ORDEM DENEGADA. - Não caracteriza constrangimento ilegal a manutenção da segregação se a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva está fundamentada na motivação arrolada na lei processual penal: art. 312 do CPP.*

*- Somente se revela cabível a aplicação de medida cautelar diversa da prisão preventiva quando se mostrar adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do acusado.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência